

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE

CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE – CAA

NÚCLEO DE GESTÃO – NG

JOILSON MÉLO LEITE

**TEORIA ECONÔMICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DA
RENDA NO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR BRASILEIRO
NO PERÍODO DE (2006 – 2013)**

CARUARU

2016.2

JOILSON MÉLO LEITE

**TEORIA ECONÔMICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DA
RENDA NO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR BRASILEIRO
NO PERÍODO DE (2006 – 2013)**

Monografia apresentada ao curso de ciências econômicas da universidade federal de Pernambuco – UFPE, como quesito obrigatório para obtenção do título de bacharelado em economia.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins.

CARUARU

2016.2

Catálogo na fonte:

Bibliotecária – Paula Silva – CRB/4-1223

L353t Leite, Joilson Mélo.

Teoria econômica e políticas públicas: a influência da renda no acesso ao ensino público superior brasileiro no período de (2006-2013). / Joilson Mélo Leite. – 2017. 56f.; il.: 30 cm.

Orientador: André Luiz de Miranda Martins.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2017.
Inclui Referências.

1. Desenvolvimento econômico (Brasil). 2. Ensino superior – Legislação (Brasil).
3. Ensino superior – Pesquisa (Brasil). 4. Minorias – Educação (Superior). I.
Martins, André Luiz de Miranda (Orientador). II. Título.

330 CDD (23. ed.)

UFPE (CAA 2017-210)

JOILSON MÉLO LEITE

**TEORIA ECONÔMICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DA
RENDA NO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR BRASILEIRO
NO PERÍODO DE (2006 – 2013)**

A comissão examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o candidato aprovado.

Caruaru-PE, 14 de Fevereiro de 2017

Prof. Dr. André Luiz de Miranda Martins
UFPE/CAA
(Orientador)

Prof. Dr. Atenágoras Oliveira Duarte
UFPE/CAA
(Avaliador interno)

Prof. MSc. Arthur Gilberto Garcéa Rocha
ESUDA
(Avaliador Externo)

Agradeço á Deus por me possibilitar viver esse momento. Á meus pais, por me deixar fazer escolhas sem cobranças nem pressões psicológicas. Á Diogenes Ramon Cardoso Silva, sem você meu amigo esse percurso seria muito mais difícil. Ao Dr. André Luiz de Miranda Martins, um exemplo a seguir.

Á Joanito Leite Silva & Maria José Mélo Silva;

*Á José Nilton Mélo Leite, Paulo Henrique Mélo Leite e Joany Vitória
Mélo Leite.*

“A educação é claramente o fator que irá conduzir melhorias na economia a longo prazo. No futuro, software e tecnologia irão permitir que as pessoas aprendam muito com seus colegas.”

Mark Zuckerberg

RESUMO

O número de alunos ingressantes no ensino superior aumentou de forma substancial nos últimos anos, isso se deve aos incentivos dados pelo Governo Federal e pelo processo de privatização da educação superior. O presente trabalho analisa a eficiência dos programas implantados pelo Governo Federal com vista a melhorar a educação. Para melhor compreensão desse trabalho foi necessário uma comparação entre os modelos neoclássicos de crescimento econômico. Logo, foi necessário um olhar sobre o modelo de Meade, Robert Solow e Romer, este por sua vez, tem pressuposto básico que o crescimento econômico de longo prazo originam-se nas externalidades positivas provenientes do acúmulo de conhecimento tecnológico. É notório o quanto a educação superior vem se popularizando desde as últimas décadas, outro fato que é bem visível são o quanto as disparidades econômicas vem diminuindo de forma substancial. O que se observa hoje é que as classes que não tinham tanto acesso a educação são atualmente as que mais ganham espaço nesse cenário; o pobre, o negro, e a mulher estão cada vez mais empoderando-se dos espaços educacionais. Esse aumento a qual foi dito anteriormente tem como principal fomentador além de outros meios de garantir a entrada dessa minoria no ensino superior brasileiro, os programas de interiorização das Universidades Federais, as novas Instituições Públicas, criadas pelo últimos Governos, e a Lei 12.711/2012, mas conhecida como lei das cotas, na qual garante vagas em Instituições Públicas Federais para negros, pardos e indígenas. Ao contrario do que muita gente se quer ousa procurar saber, já existem resultados com relação ao desempenho dos alunos cotistas em comparação aos alunos não cotistas. Em resumo, os resultados são positivos e apontam para uma diminuição do abandono do curso. Uma conclusão que pode se ter diante de tudo isso, é que mesmo com todos esses incentivos do Governo Federal, ainda é necessário que mais jovens tenham acesso à educação superior e que haja mais investimento na educação básica.

Palavras chaves: Modelos neoclássicos. Lei 12.711/2012. Interiorização. Governo Federal.

ABSTRACT

The number of students entering higher education has increased substantially in recent years, so the incentives given by the Federal Government and the process of privatization of higher education. This paper analyzes an evaluation of the programs implemented by the Federal Government to improve an education. For a better understanding of the work, a model was needed among the neoclassical models of economic growth. Therefore, it was necessary to look at the model of Meade, Robert Solow and Romer, this in turn, has basic assumptions that long-term economic growth originate the positive externalities arising from the accumulation of technological knowledge. It is notorious that a higher education has been popularizing since the last decades, another fact that is very visible is how much economic disparities have been decreasing in a substantial way. What is observed today is that, as classes that are not so accessible, an education is applicable as more gain space in this scenario; The poor, the black, and a woman are increasingly empowering themselves with educational spaces. This increase in quality has been said previously and has as main promoter other means of guaranteeing an entrance as a minority in Brazilian higher education, internationalization programs of the Federal Universities as new Public Institutions created by the last Governments and Law 12.711 / 2012, but known as the quota law, as vacancies in Federal Public Institutions for blacks, pardos and indigenous people. Contrary to what many people dare to seek to know, there are already results regarding the performance of student quotaters in students to non-quota students. In summary, the results are positive and point to a decrease in dropout. One conclusion that can be seen as a whole, which is even with all the incentives of the federal government, is still necessary that more young people have access to higher education and that there is more investment in basic education.

Keywords: Neoclassical models. Law 12.711 / 2012. Interiorization. Federal Government.

LISTA DE SIGLAS

APL- Arranjos Produtivos Locais

CEFET- Centro Federal de Educação Tecnológica

ECB- Engenharia e Ciências Básicas

ENEM- Exame Nacional do Ensino Médio

FIES- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IES- Instituições de Ensino Superior

IMP- instituto de Mercado Popular

MEC- Ministério da Educação

LDB- Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PBP- Programa de Bolsa Permanência

PET- Programa de Educação Tutorial

PNAES- Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNAEST- Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Ensino Superior Públicas Estaduais

PNE- Plano Nacional da Educação

PROIES- Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior

PROGRAD- Pró-reitoria de Ensino de Graduação

PROMISAES- Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino

PROUNI- Programa Universidade Para Todos

REUNI- Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEMESP- Sindicato das Mantedoras de Ensino Superior

SIAC- Sistema Acadêmico

SUS- Sistema Único de Saúde

UERJ- Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFABC- Universidade Federal do ABC

UFAC- Universidade Federal do Acre

UFBA- Universidade Federal da Bahia

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFGD- Universidade Federal da Grande Dourados

UFPA- Universidade Federal do Pará

UFPE- Universidade Federal de Pernambuco

UFPR- Universidade Federal do Paraná

UFRB- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

UFRPE- Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFRRJ- Universidade Federal Rural do rio de Janeiro

UFSCar- Universidade Federal de São Carlos

UnB- Universidade de Brasília

UNEB- Universidade do Estado da Bahia

UNEF- Universidade Estadual do Norte Fluminense

UNIFESP- Universidade Federal de São Paulo

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Mapa de insuficiência de renda x Carência nos serviços públicos.
- Figura 2 – Quadro 0.1 Meade x Solow x Romer.
- Figura 3 – Quadro 0.2 Rendimento nominal mensal domiciliar per capita da população residente, segundo as unidades da federal – 2015.
- Figura 4 – Quadro 0.3 Frequência escolar de acordo com o sexo.
- Figura 5 – Quadro 0.4 Anos de estudo por cor de pele.
- Figura 6 – Quadro 0.5 Anos de estudo por área.
- Figura 7 – Quadro 0.6 Anos de estudo por renda familiar.
- Figura 8 – Quadro 0.7 Jovens com ensino médio e ensino superior por renda.
- Figura 9 – Números de docentes nas universidades federais de 2003 a 2012.
- Figura 10 – Linha do tempo da criação das universidades federais.
- Figura 11 – Recursos orçamentários do PNAES para as universidades federais de 2008 a 2012.
- Figura 12 – Determinantes imediatos da queda no grau de desigualdade de renda familiar per capita.
- Figura 13 – Vagas por 10 mil habitantes.
- Figura 14 – Universidades federais 2014.
- Figura 15 – Institutos federais 2014.
- Figura 16 – Evasão do ensino superior em 2013.
- Figura 17 – Contrato de Fies.
- Figura 18 – Procedência do aluno. Ensino Superior Privado 2013.
- Figura 19 – Panorama do ensino superior brasileiro.
- Figura 20 – Remuneração média.

SUMÁRIO

TEORIA ECONÔMICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DA RENDA NO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE (2006 – 2013)	
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 TEORIA ECONÔMICA: INFLUENCIA DA RENDA NO ACESSO A EDUCAÇÃO	17
2.1 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO PROGRESSO TÉCNICO E CAPITAL HUMANO	17
2.2 MODELOS NEOCLÁSSICOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO	19
2.3 INFLUÊNCIA DA RENDA NO ACESSO A EDUCAÇÃO	20
3 POLITICAS PÚBLICAS NO BRASIL: HISTÓRICO DE SUA EVOLUÇÃO	24
3.1 FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR -FIES	28
3.2 EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA.....	29
3.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS–PROUNI.....	29
3.4 PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA-PBP.....	29
3.5 ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR -PROGRAMA INCLUIR.....	30
3.6 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL–PNAES.....	30
3.7 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS –PNAEST.....	30
3.8 PROJETO MILTON SANTOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR –PROMISAES.....	30
3.9 LEI Nº 12.711/2012 DAS COTAS.....	31
3.10 INGLÊS SEM FRONTEIRAS E CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS.....	31
3.11 PROGRAMA MAIS MÉDICOS.....	31
3.12 PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR –PROIES.....	31
4 ANÁLISE EMPÍRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR A PARTIR DA LEI 12.712/2012	33
4.1 OS PRIMEIROS RESULTADOS SOBRE A EFICÁCIA DAS COTAS: UMA ANÁLISE DOS DESEMPENHOS DOS COTISTAS EM COMPARAÇÃO AOS NÃO COTISTAS.....	37
4.2 DE LONGE PARA PERTO: O ACESSO A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA INTERIORIZAÇÃO, UMA DESCRIÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL, REUNI	39
4.3 NOVAS UNIVERSIDADES ELEGIDAS COMO PRIORIDADES NO ANO DE 2004 PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, E OS NOVOS CAMPUS	41
4.3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC – UFABC.....	42
4.3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD	42
4.3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA- UFRB.....	42
4.3.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE –UFAC (CAMPUS DA FLORESTA).....	42

4.3.5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ–UFPA (CAMPI DE MARABÁ, CASTANHAL, BRAGANÇA E SANTARÉM).....	43
4.3.6	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE (CAMPUS DO AGRESTE)...	43
4.3.7	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE (CAMPUS DE GARANHUNS).....	43
4.3.8	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA (CAMPUS DE VITÓRIADA CONQUISTA).....	43
4.3.9	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB (CAMPUS DE PLANALTINA)	44
4.3.10	RIO DE JANEIRO – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE- UFF (CAMPUS DE VOLTA REDONDA)	44
4.3.11	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO– UFRRJ (CAMPUS DE NOVA IGUAÇU)	44
4.3.12	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP (CAMPUS DE SANTOS)	44
4.4.13	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS –UFSCAR (CAMPUS DE SOROCABA).....	45
4.3.14	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR (CAMPUS DO LITORAL).....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	49
	ANEXO.....	51
	A-NÚMERO DE DOCENTES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE 2003 A 2012	50
	B- LINHA DO TEMPO DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS.....	50
	C- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PNAES PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE 2008 A 2012	51
	D- DIAGRAMA, DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NO GRAU DE DESIGUALDADE NA RENDA FAMILIAR PER CAPITA	51
	E- GRÁFICO VAGAS POR 10 MIL HABITANTES.....	52
	F- UNIVERSIDADES FEDERAIS 2014.....	52
	G- INSTITUTOS FEDERAIS.....	53
	H- EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR EM 2013 – BRASIL.....	53
	I- CONTRATO DE FIES.....	54
	J- PROCEDÊNCIA DO ALUNO - ENSINO SUPERIOR PRIVADO - 2013 BRASIL.....	54
	L- PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.....	55
	M- REMUNERAÇÃO MÉDIA.....	55

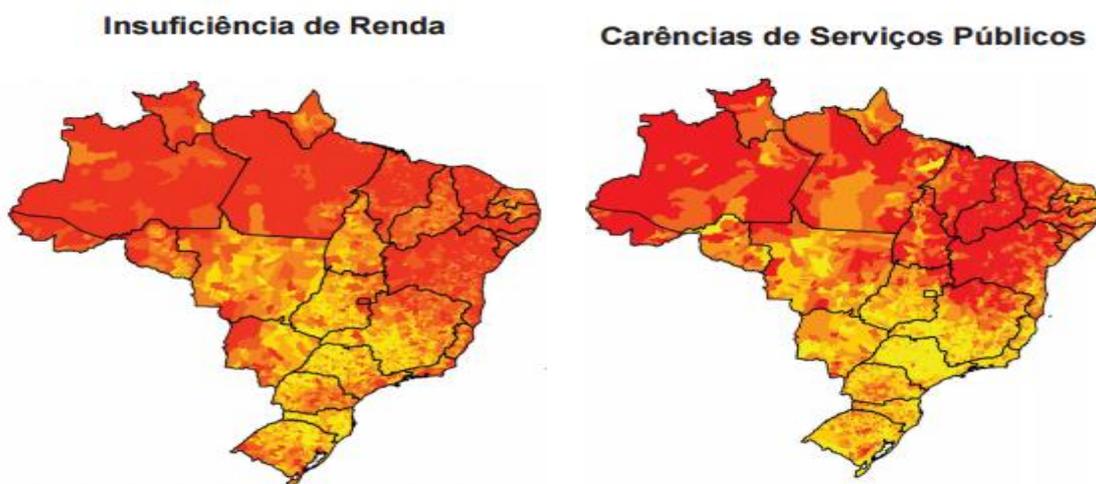
TEORIA ECONÔMICA E POLÍTICAS PÚBLICAS: A INFLUÊNCIA DA RENDA NO ACESSO AO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO NO PERÍODO DE (2006 – 2013)

1 INTRODUÇÃO

É notório e de conhecimento de todos a desigualdade econômica brasileira, que há décadas vem apresentando disparidades econômicas elevadas, sobretudo nos grandes centros urbanos. Contudo, podemos observar uma mudança no cenário nos últimos anos, onde se consegue ver uma diminuição dessas distâncias econômicas, o pobre já não se encontra em um alto grau de vulnerabilidade.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a distância entre pobres e ricos estão cada vez mais próximas, contudo, ainda existe no Brasil cerca de 28 milhões de brasileiros vivendo em condições de pobreza.

As pessoas mais pobres não tem acesso ao serviço oferecido pelo Estado, como podemos ver no mapa da pobreza e no mapa da carência dos serviços públicos, que são quase idênticos, mostrando que o quanto mais pobre a pessoa é, menos acesso as informações suficientes que possibilite usufruir de programas sociais que vão lhe beneficiar, elas tem.



Fonte: Governo Federal/ Plano Brasil sem Miséria 2013.

De acordo com o IBGE, censo de 2010, mais de 70% dos extremamente pobres são pardos ou pretos. Os mais pobres entre os pobres são mulheres, elas estão na linha final da pobreza, o seu perfil são mulheres Negras, com filho e sem companheiro. Ainda de acordo com o órgão, é notório o efeito de políticas sociais na redução da pobreza. BARROS et al., (2006) mostram que são cinco os determinantes das disparidades econômicas: 1. Características demográficas das famílias; 2. Transferências de renda; 3. Remuneração de ativos. 4. Acesso a trabalho, desemprego e participação no mercado de trabalho; e 5. Distribuição dos rendimentos do trabalho. Esse último aspecto envolve inúmeros fatores, dentre os quais destacamos o papel da escolaridade, da experiência dos trabalhadores, da discriminação por raça e gênero e das diferentes formas de segmentação do mercado de trabalho.

É esse quinto determinante que será o foco principal desse trabalho: analisar qual a influência da renda no acesso ao ensino público superior brasileiro. Consegue-se observar de forma fácil que o número de alunos ingressantes no ensino superior aumentou de forma substancial nos últimos anos, isso se deve aos incentivos dados pelo Governo Federal e pelo processo de privatização da educação superior.

MICHELOTTO et. al (2006) afirma que nas quatro últimas décadas a educação superior no Brasil passou por etapas de grande expansão de instituições e de matrículas, como pode ser observado no ano de 70, ano a partir dos quais iniciou-se o processo de privatização da educação superior no país.

Ainda de acordo com MICHELOTTO et al. (2006), no período compreendido entre os anos de 1991 a 2004, o número de instituições privadas aumentou 267% no território nacional. Do total de matrículas de cursos de graduação presencial, 37% se concentram nos cursos de administração, direito e pedagogia enquanto os outros 63% se distribuíram nas demais áreas de conhecimento.

Voltando-se para o ano de 1964, o ano da reforma universitária, pode-se dizer que essa reforma universitária foi muito importante, reformulando a educação superior brasileira, e também como uma procura do ideal, através lutas estudantis por um país com livre expressão e uma educação democrática. Através da reforma universitária foi elaborado um diagnóstico de alguns problemas que permeava a universidade brasileira, como por exemplo, a flexibilidade nos currículos, as caracterizações dos créditos, a mudança na entrada na universidade e o encerramento da cátedra. Essas e outras mudanças surtem efeitos no sistema de ensino até o momento atual. As décadas de 70, 80 e 90 também tiveram transformações,

mas nenhuma dessas décadas foi tão importante para a educação quanto os anos 2000. Entre outros incentivos do Governo Federal, foi nos anos 2000 que foi criado o Programa Universidade Para Todos – PROUNI; o Programa de bolsa permanência- PBP; o Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES, Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior –PROMISAES, foi instituída a nº 12.711/ 201- a lei das cotas nas universidades públicas e também foi nessa década que iniciou-se o processo e interiorização das universidades Federais.

Para melhor realização deste trabalho, foi utilizada pesquisa bibliográfica para explicar através de livros, artigos, trabalhos acadêmicos e similares, as contribuições teóricas existentes sobre as políticas públicas voltadas para o melhoramento da educação no Brasil, com um enfoque maior nas cotas e na interiorização, que juntas mudaram drasticamente a cara da universidade pública brasileira.

Como poderá ser visto na seção 2 desse trabalho, colocar a educação como mola propulsora para fomentar a economia, é algo que já foi idealizado há muitos anos atrás por pensadores como Meade, Robert Solow e Romer, entre outros que colocam o investimento em capital humano como uma ponte importante para um país economicamente saudável.

Este trabalho pretende analisar a eficiência dessas políticas públicas, que poderá ser vista na seção 3, como meio de inserção de estudantes de baixa renda na educação pública e superior do país.

A lei nº 12.711/ 2012 (a lei das cotas nas universidades) garante a reserva de vagas de 50% das matrículas por cada curso nas universidades federais e institutos de educação, ciência e tecnologia a alunos que tiveram todo o ensino médio estudado em escola pública, sendo metade desse percentual destinado a negros e índios. Os outros 50% destinam-se à ampla concorrência. A lei foi aplicada de forma imediata, mas com alcance gradual. Ou seja, as instituições podiam ofertar aos poucos as vagas cotistas até chegar os 50% definido por lei. Esse tema será discutido de forma mais ampla no seção 4 deste trabalho.

Por fim, chega-se a conclusão, será que essas políticas realmente funcionam ou seria apenas um paliativo para a igualdade econômica e diminuição das disparidades?

2 TEORIA ECONÔMICA: INFLUÊNCIA DA RENDA NO ACESSO A EDUCAÇÃO

Nos últimos anos o Brasil deu um salto importante para a melhoria da educação, conseguimos visualizar de forma bem clara o aumento do número de universidades públicas e consequentemente o aumento do número de vagas na educação superior.

De acordo com o Instituto de Mercado Popular (IMP), na última década, o Brasil deu passos importantes na expansão do nível educacional da população. Num espaço de dez anos, o número de pessoas que possuem nível médio ou superior aumentou de 30% para 42% da população. Esse aumento de 12% representa aproximadamente 24 milhões de pessoas com o ciclo básico finalizado.

Dessa forma com o número de universidades e formandos cada vez maior há um aumento no número de pessoas qualificadas e a economia da região é fomentada, como veremos a seguir.

2.1 INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO PROGRESSO TÉCNICO E CAPITAL HUMANO

Investir cada vez mais no ser humano, procurando ampliar sua capacidade, seu conhecimento e competências para ele melhor contribuir a sociedade é um modelo que tem sido muito bem realizado nos países de primeiro mundo. Isso gera um valor econômico e muitas teorias econômicas referem-se à força de trabalho como um recurso homogêneo.

De acordo com LIMA et al. (2005), o papel da educação na determinação da produtividade da economia teve início com o trabalho de Shultz (1962) e Denison (1962). Os dois argumentavam sobre a pertinência e importância do capital humano como propulsor do crescimento econômico. Uzawa (1965) introduziu o setor educacional no modelo de crescimento econômico, gerando crescimento e sustentado no longo prazo.

Ainda de acordo com LIMA et al. (2005), outros autores dissertaram sobre educação e desenvolvimento. São os casos de Mankiw et al. (1992) com a estimativa dos efeitos do capital humano no crescimento econômico através de uma medida de investimento efetivo em educação. A variável de controle foi a quantidade de alunos matriculados no secundário como proxy para o capital humano do país. Esse resultado foi contestado por Benhabib e Spiegel (1994) que utilizaram uma nova medida de capital humano, construída a partir dos diferentes

níveis de escolaridade dos países. Os autores não encontraram relação entre capital humano e crescimento econômico.

Nessa grande relação entre educação e economia, consegue-se observar no decorrer da história econômica vários discursos ligados a educação como forma de fomentar a economia.

SILVA et al. (2009) afirmam que o que proporcionou um sentido para a educação voltada às demandas do capitalismo foi o conceito de capital humano. Segundo eles, a revolução industrial colocava uma visão diferenciada, apresentando o homem como peça fundamental ao modelo de produção capitalista dessa forma deu-se a ideia de capital humano.

Existem muitos autores que são também considerados precursores da teoria do capital humano, De acordo com PONTILE, et al. (2013), indícios do capital humano surgiram no século XVII com Charles Davenant, que abordou o capital humano com olhos para os interesses mercantilistas. Contudo, para FILHO (2003) a teoria do capital humano teria sua origem com Adam Smith, com a introdução do princípio de que o mais valioso investimento dos capitais seria o fator humano. Essa idéia foi também corroborada por economistas da moderna Escola de Chicago, tais como Gary Becker, Jacob Mincer e Theodore Schultz.

Em sua obra principal e dividida em cinco livros, Adam Smith faz uma análise teórica sobre as sociedades comerciais e a divisão do trabalho, analisando também os problemas que essa divisão acarreta à distribuição da renda e acumulação de capital. Sobre este último SMITH (1776) afirma que o esforço natural de cada indivíduo no sentido de melhorar a si e sua condição, é um princípio muito poderoso, o indivíduo se torna capaz de sozinho e sem ajuda externa, transformar a sociedade, levando-os a riqueza e a prosperidade, além de superar centenas de obstáculos.

Observa-se nessa obra de Smith algo muito atual e muito discutido na contemporaneidade, O autor coloca o indivíduo como protagonista e unicamente responsável pela sua condição social. Esse novo sistema de gestão o merecimento é a razão principal para se atingir posições favoráveis e em grandes escalas.

Porém, Smith apesar de ser a favor da liberdade total dos agentes econômicos, com a presença mínima do Estado, defendeu também a presença do Estado em alguns setores importantes como a educação como destaca SOUZA (2005): Na formulação de leis de navegação, na fixação da taxa mínima de juros, em nome da defesa, na educação pública, na restrição de certos monopólios temporários entre outros.

Segundo SAUL (2004), Gary Becker (1960,1964) desenvolveriam a seguir estudos sobre a economia da família, utilizando como base do programa de investigação a teoria do

capital humano. Além de benefícios monetários maiores, o conhecimento elevado inclui ganhos não-monetários, a exemplo disso tem-se maior prestígio e cultura. Outro ponto forte da teoria de Becker são os motivos que podem levar uma pessoa a acumular maior capital humano, dentre os motivos podemos destacar a taxa de desconto intertemporal. SAUL (2004) afirma que Jacob Mincer (1958) examinou a questão do capital humano numa ótica econométrica procurando a relação entre o investimento na capacitação do trabalhador e a distribuição de renda pessoal. Sua análise indicou que a decisão de desprender tempo para melhorar o desempenho no trabalho era resultante de uma escolha individual. Procurando a relação entre investimento em capital humano e a produtividade, Mincer tirava uma conclusão provisória no sentido de uma dispersão dos rendimentos entre as diferentes ocupações. A produtividade deveriam estar relacionada de forma positiva ao volume de investimento em capital humano que foi feito nelas.

O conceito de escolarização começa a ser empregado por Theodore Schultz, considerado o instrumento mais importante para a formação do capital humano. Segundo o autor, é fundamental colocar o ser humano além da perspectiva de produto da política econômica.

De acordo com PAIVA (2001), o conceito de política econômica para a educação é amplamente difundido no Brasil dos anos 60. O autor ainda afirma que esse conceito reaparece nos anos 80 na mesma forma de décadas anteriores.

Ainda de acordo com FILHO (2003), a educação só passou a ganhar espaço nos interesses do capital porque nela habitam condições materiais de lucro provenientes da aplicação do conhecimento adquirido. A educação fundamental passa a apresentar significativa importância para a economia, pois gera aporte em tecnologia, tornando o sistema produtivo apto a enfrentar os desafios vindouros, além de gerar bem-estar social e redução da perda social.

2.2 MODELOS NEOCLÁSSICOS DE CRESCIMENTO ECONÔMICO

Não se pode falar da influência da renda no acesso a educação, juntamente com a importância do investimento em capital humano e deixar de falar do modelo de Meade, Robert Solow e Romer, mesmo não sendo o foco principal, deixaria uma lacuna nesse trabalho.

De acordo com SOUZA, 2005 após a segunda Guerra Mundial, alguns países procuraram acelerar o crescimento econômico, aumentando a renda e reduzindo a pobreza. Os

teóricos econômicos passaram a formular teorias e modelos para identificar os fatores de crescimento das economias.

Ainda de segundo SOUZA, 2005 o modelo neoclássico fundamenta-se em algumas equações simples e adota um conjunto de pressupostos: 1) concorrência perfeita e pleno emprego em todos os mercados; 2) economia fechada e sem governo; 3) função de produção com rendimentos constantes e 4) economia produzindo um único bem com apenas três fatores: capital fixo representado aqui pela letra K, trabalho L e terra N; e 5) os fatores de produção são homogêneos, divisíveis e não podem ser substituíveis.

O quadro abaixo sintetiza os modelos de três principais pensadores neoclássicos.

Quadro 0.1

SOLOW X MEADE X ROMER

Para JONES (2015), o modelo de Solow é bastante simples e enfoca quatro variáveis: o produto (Y), o capital (K), o trabalho (L) e o “conhecimento” ou “o trabalho efetivo” (A). Destacando que em qualquer ponto do tempo a economia tem as mesmas quantidades de capital e trabalho, e essas são combinadas para gerar o produto. Ainda de acordo com JONES (2015) As principais hipóteses do modelo de Solow entre outras são as seguintes. 1) A função de produção apresenta retornos constante de escala; 2) A taxa de poupança é constante; 3) existe concorrência perfeita; 4) A economia é fechada, 5) O produto marginal do capital é positivo, mas o mesmo declina na medida que o estoque de capital efetivo aumenta ao longo do tempo.

O modelo de Meade apresenta alguns pressupostos simplificadores citando a gênese da modelagem neoclássica futura: o pleno emprego, concorrência perfeita, economia fechada e sem governo, rendimentos decrescentes na alteração de apenas um fator e função de produção com rendimentos constantes na variação simultânea de todos os fatores. Para SOUZA (2005) a teoria de Meade, a variação do produto chamado de t é igual as variações K e L , multiplicada por suas produtividades marginais, mais uma variação residual ao progresso técnico. Caso o crescimento demográfico seja nulo a dinâmica econômica dependerá da acumulação de capital. Caso a propensão marginal seja constante, o crescimento será dependente da marginal do capital.

O Modelo de Romer se baseia em externalidades positivas, e toma como suposição que o conhecimento tecnológico é a única forma de capital. . Em resumo, o pressuposto básico do modelo de Romer é que o crescimento econômico de longo prazo origina-se nas externalidades positivas provenientes do acúmulo de conhecimento tecnológico. PESSÔA (2008) afirma que Romer incorpora de forma explícita um setor de tecnologia e inovação que utiliza de forma considerável o capital humano. À medida que são descobertas novas formulas de se produzir novos empregos vão surgindo, tendo um impacto grande sobre a economia. Ainda segundo JONES (2015) a economia de Romer é composta por três setores, bens finais, os bens intermediários e pesquisa.

2.3 INFLUENCIA DA RENDA NO ACESSO A EDUCAÇÃO

É visível o quanto a educação tem sido pauta dos ultimo acontecimentos, contudo, esse é um fenômeno recente, pois nem sempre o Brasil colocou a educação na linha de frente nas mudanças dos cenários.

Na década de 80, a abordagem desigualdade não tinha força no cenário econômico, todo o debate estava em temas voltados a inflação. De acordo com (OLIVEIRA et. al 2014) as discussões a cerca do papel da educação, e a importância da distribuição para os rendimentos só surgiram a partir do início dos anos 90.

Mas, o que se percebe é que a desigualdade social vem diminuindo a cada ano, e esse é um dos fatores que contribuiu para o acesso ao ensino superior.

O pobre no Brasil hoje já não é mais aquele pobre de antigamente, hoje ele está cercado de informações e pode decidir melhor suas escolhas e caminhos a seguir. Na década de 60 o país apresentava a maior desigualdade de renda da historia, atualmente o cenário é totalmente o oposto, e as disparidades diminuíram.

Quadro 0.2:

RENDIMENTO NOMINAL MENSAL DOMICILIAR PER CAPITA DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2015

Unidades da Federação	Rendimento Nominal Domiciliar <i>Per capita</i> da população residente
Brasil	1.113
Rondônia	823
Acre	752
Amazonas	753
Roraima	1.008
Pará	671
Amapá	840
Tocantins	816
Maranhão	509
Piauí	728
Ceará	681
Rio Grande do Norte	819
Paraíba	774
Pernambuco	825
Alagoas	598
Sergipe	782
Bahia	736
Minas Gerais	1.128
Espírito Santo	1.074
Rio de Janeiro	1.284
São Paulo	1.482
Paraná	1.241
Santa Catarina	1.368
Rio Grande do Sul	1.434
Mato grosso do Sul	1.044

Mato Grosso	1.053
Goiás	1.078
Distrito Federal	2.252

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua - 2015.

Observa-se no quadro 0.2 que ainda existe uma disparidade grande entre de renda relacionada à região. As regiões Norte e Nordeste ainda são as mais pobres e com renda per capita menor em comparação a outras regiões.

COSTA (2015) afirma que no período entre 2006 e 2013 houve um aumento da escolaridade do jovem brasileiro. No ano de 2013 verifica-se que os jovens com idade entre 15 e 17 anos possuíam cerca de 7,73 anos de estudos, os que tinham a idade entre 18 e 24, possuíam 9,83, e os jovens entre 25 e 29 possuíam em média 10 anos de estudo.

Dessa forma analisamos que quanto mais velho é o jovem menos escolaridade ele tem, os jovens entre e 18 e 24 já deviam ter completado o ensino médio e possuir 11 ou mais anos de estudos, e os jovens da faixa de 25 a 29 anos de idade com apenas 10 anos de estudo significa que tinham o ensino médio incompleto.

O que se observa hoje é que as classes que não tinham tanto acesso a educação são hoje as que mais possuem. A educação por gênero é superior à mulher, que apresenta escolaridade mais elevada do que os homens. No ano de 2013, as mulheres jovens de 18 a 24 anos de idade possuíam aproximadamente 0,8 anos de escolaridade a mais que os homens na mesma faixa etária.

Quando trata-se de raça entre os jovens, os negros e pardos apresentam aproximadamente um ano a menos que os brancos o que vai aumentando de acordo com a faixa etária.

Entre os anos de 2006 a 2013 também é percebido uma redução das disparidades entre as áreas rural e urbana em termos de anos de estudo adquiridos pelos jovens. É possível enxergar que com o passar dos anos a escolaridade aumentou para os adolescentes da área rural.

Por fim, outro dado relevante que é possível perceber é o aumento de jovens no ensino superior independente do nível de renda da família, isso também se deve aos inúmeros programas sociais do Governo Federal, voltado para o a inserção do jovem no ensino superior tanto privado quanto público, o que será abordado de forma ampla em outro capítulo.

A importância de se atrelar a educação com outros setores é fundamental, uma país que sela pela educação e está automaticamente se importando com os demais setores da

sociedade, desde os cumprimentos das leis, a limpeza das ruas, condenam a corrupção entre outras coisas que trazem como consequência o desenvolvimento.

A educação é de total importância, um país que não a valoriza, acaba sendo fadada ao fracasso com uma economia frágil, para ver isso na prática é só comparar o Brasil com as grandes potências mundiais e irá perceber o quanto esses países dão importância e valoriza a educação colocando-a como mola propulsora para o desenvolvimento.

Embora o Brasil gaste hoje o equivalente ao que outros países de primeiro mundo gasta com educação, ainda estamos muito longe de alcançá-los.

De acordo com SCHWARTZMAN (2011) no ano de 2011, o Brasil já gastava cerca de 5% do Produto Interno Bruto-PIB com educação, o que já o colocava no mesmo padrão que países como Espanha, Itália e Japão, também colocava em um patamar superior ao Chile e Argentina. Mas porque mesmo diante de um cenário como esse somos uma economia atrasada? A resposta é relativamente simples, trata-se da forma como estão sendo alocados esses recursos. Ainda de acordo com o autor investe-se muito em educação superior e pouco na educação básica.

Talvez, não seja de todo errado dizer que desenvolvimento seja uma questão também cultural, uma vez que os países desenvolvidos se encontram nessa ótima condição por causa da população que é instruída, dotada de conhecimento, exercendo dessa forma uma cidadania capaz de pensar no todo e não de forma individual. Em contrapartida nos países cuja educação não é prioridade, as pessoas não são instruídas de conhecimento, são facilmente ludibriadas e por vezes tomam atitudes questionáveis diante das situações do dia a dia, e por essas atitudes acabam comprometendo o desenvolvimento econômico do país.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: HISTÓRICO DE SUA EVOLUÇÃO

O contexto social é marcado pelo fato de querer cada vez mais adquirir conhecimento a cerca das coisas. A necessidade de enfrentar novos padrões de competitividade faz com que a educação esteja no centro das discussões, pois ela rege os padrões do mercado. Para MELLO (1991) nos países industrializados mais adiantados se tornou evidente que o conhecimento, a criatividade e a iniciativa constitui matérias-primas importantíssimas para as economias contemporâneas.

Dessa forma, vários países preparam suas nações promovendo mudanças educacionais para que os indivíduos sejam capazes de se adaptar as novas mudanças tecnológicas.

É importante também salientar que as políticas públicas não necessariamente deve ser feitas via órgão públicos, isso porque a educação superior ela pode ser ofertada tanto pelo setor público quanto pelo setor privado, porém, algo que poucas pessoas sabem é que ela envolve responsabilidades e incumbências dos entes federados, sobretudo da União. É importante destacar que a educação oferecida pelo setor privado é uma concessão do Estado. As instituições privadas de educação superior, bem como as IES federais, fazem parte do sistema federal de educação e devem estar alinhadas às políticas de regulação e avaliação definidas por esse sistema. Já as instituições municipais, estaduais, distrital de educação superior, por sua vez, vinculam-se aos sistemas estaduais/distrital de ensino.

Segundo SCHWARTZMAN (2011) a primeira legislação universitária surgiu no ano de 1931 e determinou que o ensino fosse uma combinação das escolas francesas e italianas, do tipo Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, que existe até hoje, deveria ser lugar de formação de professores para o ensino secundário.

De acordo com FRANCO (2008) é necessário considerar que o ensino superior no país iniciou sua organização mais profunda a partir de 1934 com a fundação da Universidade de São Paulo. Isso representou uma condição de história recente no cenário educacional. Porém, o pós-guerra colocou o Brasil numa condição de país que mais expandiu seu sistema de educação em todos os níveis, inclusive superior.

Para OLIVEIRA (2010), as políticas públicas são uma expressão que visa definir uma situação específica da política. Então, políticas públicas do ponto de vista etimológico, refere-se á participação do povo nas decisões do território.

AZEVEDO (2003) define ter tipos de políticas publicas: 1) distributivas, implicam nas ações do dia-a-dia que o governo precisa fazer. Se refere a oferta de equipamentos e serviços públicos. Como exemplo de política distributiva tem-se reparos em uma escola, podas em

árvores etc. 2) regulatórias, consiste basicamente na elaboração das leis que autorizam os governos a fazerem ou não determinada política pública. Esse tipo de política é fundamental, pois é através dela que os recursos públicos são liberados ou não; 3) redistributivas que podemos citar como exemplo o programa bolsa escola, isenção de IPTU e de taxas de energia.

Deixando agora um pouco o conceito de política públicas e indo para o foco principal do trabalho que seria políticas públicas educacionais. OLIVEIRA (2010) diz que políticas públicas educacionais é tudo aquilo que o governo faz ou deixa de fazer em educação.

Um fato importante que marcou o ensino superior no Brasil, foi a reforma universitária de 1968. Essa reforma visava fundamentalmente modernizar e expandir as instituições públicas, principalmente as universidades federais. Contudo, surge nessa mesma época o surgimento do “novo” ensino superior privado dando um desdobramento a essa reforma, pois a demanda por educação estava crescente e as mudanças nas universidades federais não foram suficientes para alavancar de forma satisfatória as matrículas.

De acordo com MARTINS (2009) a reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Modernizou grande parte das universidades federais e determinadas instituições estaduais, mas também criou condições propícias para que determinadas instituições passassem a exercer atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, sendo essas uma das características principais para que seja considerada universidade. Outras mudanças que houveram no cenário educacional foram a abolição das cátedras vitalícias, a divisão através de departamentos, institucionalizou-se a carreira acadêmica, criou-se uma política nacional de pós-graduação.

Para SANTOS et, al (2014) a qualidade na educação é muito complexo devido sua abrangência e necessidade de ter nas características físicas do espaço, nos docentes e na didática de ensino fatores que possibilitem a construção desta qualidade.

Quando analisamos os dados recentes da educação superior brasileira percebemos que vivemos um momento histórico. Um grande avanço tanto no número total de alunos matriculados, quanto no número de instituições públicas e particulares e o acesso ao ensino.

Mas, mesmo diante desse avanço que vemos hoje uma característica fica bastante em evidência, que é o quanto tarde esse desenvolvimento das universidades públicas se iniciou, enquanto nas universidades privadas houve uma rápida expansão de oferta.

Nos anos 70 vivenciou-se a implantação da lei 5540/68, Já citada anteriormente, essa lei fixa as normas de funcionamento e organização do ensino superior e sua articulação com a

escola média e das outras providências. Essa lei ficou conhecida como a lei da reforma universitária.

Contudo, existem relatos que essa lei 5540/68, no tocante à educação o governo militar orquestrou uma série de ações que buscavam adequar a política educacional às determinações econômicas. Começa aí um grande embate entre estudantes e Governo. Para AZEVEDO (2006) o conjunto de medidas tomadas nesse período refletiu a intenção velada de criar um instrumento de controle e de disciplina sobre a comunidade estudantil, possíveis opositores ao regime militar, com o propósito de garantir o aumento da gestão de capital dos grupos hegemônicos que constituíram o apoio civil ao golpe.

Fica evidente a preocupação de manter um controle sobre os estudantes com a implantação de disciplinas como por exemplo Educação Moral e Cívica e Educação Física nos ensinos de 1º e 2º graus do que chamamos hoje de ensino fundamental II e médio respectivamente. Esses dados se encontram na Lei nº 5692/71, no artigo 7º.

Ainda de acordo com AZEVEDO (2006) as ações imediatas que motivaram a implementação da Lei foram originadas pelo acúmulo de pressões, essencialmente da classe média, a favor da ampliação das possibilidades de acesso à Universidade. O sonho da formação universitária foi sintetizado pelo processo de afunilamento dos meios de ascensão social desencadeado pela concentração de renda, propriedade, mercado e capital associada ao desenvolvimento dependente, transformando a escolarização no principal meio de mudança social.

De acordo com DURHAN (2011), precisa levar em consideração que o regime militar promoveu na década de 70, um enorme avanço econômico que foi denominado de Milagre Brasileiro. Essa melhora econômica beneficiou a classe média, que por sua vez se expandiu e enriqueceram, aumentando assim a demanda por ensino superior como já foi dito anteriormente. Dessa forma aumentaram os recursos federais destinados à educação, o que tornou-se um período de prosperidade na educação.

Ainda na década de 70, mais especificamente no ano de 1979 foi criado pela CAPES o Programa de Educação Tutorial- PET. O programa é desenvolvido por estudantes de graduação com o apoio e fiscalização de um professor. Esses alunos precisam ter condições de realizar atividades extracurriculares que vão complementar sua formação ao longo do seu curso. Essas atividades que compõem o Programa têm garantido aos estudantes participantes oportunidades de viver experiências que não estão nas estruturas curriculares. O programa existe até a atualidade e os alunos ganham bolsa de estudo.

Sobre Lei nº 5692/71 que em resumo propõe a implantação do ensino profissionalizante através do ensino técnico, mas que no início dos anos 1980, ocorreu uma ruptura desse pensamento tecnicista. *“buscou-se superar a dicotomia entre professores/especialistas; pedagogia/ licenciaturas; especialistas/generalistas.”* (CUNHA 2015, P.19)

O mais importante na época era um profissional crítico com ampla visão da realidade e do seu tempo, o professor não era mais um sujeito apolítico. O professor passa a ser um educador.

No ano de 1988 já passado 20 anos da ditadura militar, foi elaborado a constituição que colocava a educação obrigatória, um direito de cada indivíduo, também estabelecia que todas as universidades seriam autônomas, e pôs o ensino a pesquisa e a extensão como importante e não separado da universidade. Também declarava o ensino público do ensino fundamental até o terceiro grau, deveria ser totalmente gratuitos.

De acordo com GORBUCCI (2013) O ensino superior brasileiro atendia, em 1999, a cerca de 2,38 milhões de estudantes. Desse total, 65% estavam matriculados em instituições particulares. Se considerada toda a década (1990/1999), o ritmo de crescimento da matrícula na esfera particular mostra-se mais forte que o do das redes públicas.

Um das causas dessa expansão, teria sido um aumento exagerado do número de vagas nas instituições particulares, estimuladas pelo Ministério da Educação –MEC.

Na década de 90 o Banco Mundial configurava-se como um importante interlocutor da agenda brasileira principalmente no campo educacional.

é visível a influência que o Banco Mundial exerce no âmbito educacional na América Latina e, principalmente, no Brasil.

Para DOURADO (2002) Das orientações do Banco Mundial é possível enxergar a prescrição de políticas educacionais que induzem as reformas atribuídas ao ideário neoliberal, cuja ótica de pensamento do campo educativo deveria acompanhar a lógica do campo econômico, principalmente a partir de implantação de programas que visa melhorar a estrutura.

DOURADO (2002) ainda destaca as recomendações do Banco Mundial para a educação Superior. Segundo o autor as principais recomendações eram: 1) privatização desse nível de ensino, principalmente no Brasil; 2) estímulo à instalação de novas formas de regulação e gestão das instituições estatais; 3) aplicação de recursos públicos nas instituições privadas; 4) eliminação de gastos com políticas compensatórias; 5) diversificação do ensino

superior, por meio do incremento à expansão do número de instituições não universitárias.; entre outras.

Foi também nos anos 90 que foi criada a Lei nº 9394/96, trata-se da Lei das Diretrizes e Base da Educação Nacional- LDB. Pode-se dizer que essa lei foi o que iniciou o processo de reestruturação da educação superior no Brasil.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9394/96) constitui-se em marco de referência para o início do processo de reestruturação da educação superior no Brasil. No terceiro grau, essa lei promoveu a elaboração de uma estrutura que podia mudar as diretrizes ainda do modelo antigo da reforma universitária de 1968. Mas, muito mais que isso, a lei trouxe mudanças no padrão de avaliação, de gestão, de forma de produzir o trabalho acadêmico, entre outras mudanças que marcaram o início da grande transformação educacional superior que seria melhor implementada nos anos 2000.

OLIVEIRA et. al (2003) afirma que a LDB trazia de forma sucinta uma nova forma de interação entre a Instituição de Ensino Superior- IES e o Estado, onde este último assume um papel de importante na gestão de políticas públicas para alavancar o setor, como por exemplo financiamento estudantil.

Os anos 2000 foram os melhores anos para educação superior brasileira. Logo no ano de 2001 com Plano Nacional de Educação- PNE, foi implantada a lei nº 10.172 de nove de janeiro do mesmo ano. Em Resumo, Para a educação superior, o PNE tem como seguintes objetivos: a elevação global do nível de escolaridade da população; a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e à permanência, com sucesso, na educação pública e democratização da gestão do ensino público.

Como dito anteriormente os anos 2000 mudou os paradigmas da educação superior brasileira, foi nesse período que o Governo criou vários programas afim de colocar de inserir o individuo menos favorecido na educação superior e dando base e estrutura para que ele consiga completar o ciclo. Entre os programas que foram criados estão:

3.1 FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR -FIES

Criado em 1999 por Medida Provisória, foi convertida em seguida na Lei nº 10.260/2001, é um programa destinado a financiar o estudo para alunos matriculados em

faculdades particulares. Por meio do programa, o Governo Federal assume a dívida com matrícula e mensalidades do estudante durante toda a graduação. O estudante pode financiar metade do valor da mensalidade ou até mesmo de forma integral, de acordo com o perfil e interesse do contratante. O aluno começa a reembolsar o Governo, no período de carência, que é logo após a conclusão do curso.

3.2 EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA

Criada com o objetivo que mais pessoas tenham acesso a educação de qualidade e pública. Então foram criadas novas universidades para o interior dos Estados, como também foram criadas novos campus para atender uma população distante da capital que antes não tinha acesso ao ensino superior gratuito. Esse tópico será mais abrangido em um capítulo subsequente.

3.3 PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS-PROUNI

Criado por meio de uma medida provisória nº 213/2004 que logo depois foi convertida na Lei nº 11.096/2005. O programa garante bolsa de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação nas instituições privadas de ensino superior. Como as faculdades que ofertam as bolsas são isentas de impostos, o PROUNI não representa gastos diretos para Ministério da Educação. Para concorrer a uma dessas vagas é necessário fazer o Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM do ano Corrente e estar de acordo com os parâmetros legais para concorrer à bolsa de estudos.

3.4 PROGRAMA DE BOLSA PERMANÊNCIA-PBP

É um programa que concede auxílio financeiro a estudantes indígenas e quilombolas matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A Bolsa Permanência tem por finalidade diminuir as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação em situação de fragilidade, além de reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil e promover a fazer com que o ensino superior seja algo democrático.

3.5 ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR -PROGRAMA INCLUIR

Iniciado em 2005, o programa propõe ações que garantem o acesso pleno de pessoas com deficiência às instituições federais de ensino superior. O Programa tem como objetivo fomentar a criação de núcleos de acessibilidade garantindo a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica.

3.6 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL–PNAES

O programa apoia a permanência de estudantes de baixa renda em cursos de graduação presencial das universidades federais. O programa procura viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes de classes sociais mais distintas, procurando combater a evasão e repetência. São oferecidos inclusão digital, assistência à moradia estudantil, cultura, alimentação, transporte, saúde, esporte e apoio pedagógico. Para concorrer à bolsa é levado em consideração o perfil socioeconômico do estudante e cada instituição estabelece suas normas.

3.7 PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS ESTADUAIS –PNAEST

Possui finalidade de aumentar as condições de acesso e permanência dos estudantes da educação superior pública estadual. O programa oferece apoio estudantil a universitários de instituições estaduais públicas que participam do Sistema de Seleção Unificada- SISU para ingressar nas instituições. Os auxílios vão desde moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico.

3.8 PROJETO MILTON SANTOS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR –PROMISAES

É uma iniciativa voltada para estudantes de origem estrangeira, na qual o Brasil. O projeto oferece apoio financeiro para estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação que estão regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. Esse auxílio vem a cooperar para a permanência dos estudantes durante o período do curso, já que muitos vêm de países pobres.

3.9 LEI Nº 12.711/2012 DAS COTAS

Essa lei visa diminuir a desigualdade no acesso a educação, sendo este um dos maiores desafios do Governo. Assim a política de reservas de vagas por questões éticas, sociais e raciais, é justificada pelo dever do Governo de garantir a diminuição dessas disparidades entre pobre e rico, preto e branco. Através do programa houve várias iniciativas de distribuir para uma maior parcela da população a possibilidade de ingressar numa universidade, seja ela publica ou privada, já que o PROUNI também reserva uma parcela de suas vagas para estudantes Negros. A lei das cotas será melhor apresentada no capítulo subsequente.

3.10 INGLÊS SEM FRONTEIRAS E CIÊNCIAS SEM FRONTEIRAS

O programa busca promover a consolidação e expansão da ciência e tecnologia, ele é um complemento do ciências sem fronteiras. O projeto prevê a utilização de bolsas e um intercambio de 4 anos. Dessa forma alunos de graduação e pós-graduação fazem estágio no exterior com a finalidade de manter contato com sistemas educacionais competitivos. Esse programa também busca atrair pesquisadores do exterior que queiram se fixar no Brasil ou mesmo manter alguma parceria com empresas e pesquisadores do Brasil.

3.11 PROGRAMA MAIS MÉDICOS

O Programa Mais Médicos foi instituído pela Lei 12.871/2013, possui o objetivo aumentar a formação médica no país para aperfeiçoar a atenção à saúde da população. O Programa procura ampliar e melhorar a infraestrutura, formação de médicos para o SUS, em uma ação compartilhada entre os Ministérios da Educação e da Saúde. As atribuições do Ministério da Educação no âmbito do Programa Mais Médicos estão o estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica no Brasil e a ampliação da oferta de cursos de Medicina e de vagas de residência nas universidades federais e em instituições privadas. O Objetivo do programa é expandir a graduação com um total de 11.447 novas vagas até 2017, nas instituições federais e privadas.

3.12 PROGRAMA DE ESTÍMULO À REESTRUTURAÇÃO E AO FORTALECIMENTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR –PROIES

Instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, o programa assegura as condições para que mantedoras de Instituições de ensino Superior- IES continuem suas atividades de ampliar as ofertas de bolsas para estudantes de graduação que estudam em faculdades particulares. Um detalhe importante é que o programa tem sua seleção exclusivamente com base nas notas do ENEM.

4 ANÁLISE EMPÍRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM OLHAR A PARTIR DA LEI 12.712/2012.

O acesso à universidade é um tema que vem sendo muito discutidos nos últimos tempos, se antes a população universitária era exclusivamente branca e provenientes de classe sociais mais privilegiadas, hoje esse cenário vem mudando e os pobres e negros estão tendo a oportunidade de estudar em uma universidade pública.

Isso se deve basicamente ao fato da implementação da lei número 12.711/2012, sancionada em agosto do mesmo ano, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso e turno nas universidades federais e institutos federais de educação ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, em curso regulares ou da educação de jovens e adultos, os demais 50% das vagas permanecerão para ampla concorrência.

Vale ressaltar que dentro dessas vagas destinadas a estudantes de escolas públicas também terão vagas preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas, na população da unidade da federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de não preenchimento dessas vagas, elas deveriam ser preenchidas por estudantes de escola públicas.

As instituições deveriam implementar, no mínimo, 25% da reserva de vagas prevista nesta lei, e teriam no máximo 4 anos, a partir da data da sua publicação, para o cumprimento total da lei.

Porém, mesmo antes da lei existir outras universidades públicas já implantava internamente uma mudança na entrada à instituição. É o caso da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). De acordo com TREVISOL et al (2014) a UERJ, de forma pioneira, implementou políticas de ações afirmativas, onde beneficiava estudantes provenientes de escola públicas, negros e pessoas com deficiência. Ainda de acordo com o autor a Universidade Estadual do Norte Fluminense (UNEF) também aderiu ao sistema de cotas. Já na Bahia, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi a precursora nos sistema de vagas para negros nos cursos de graduação e pós-graduação, no ano de 2003.

TREVISOL et al (2014), ainda aponta que entre as instituições públicas federais, a Universidade de Brasília (UnB), foi a primeira a estabelecer cotas, tanto para negros, quanto para indígenas, isso impulsionou a aprovação da lei 12.711/12.

Contudo é importante sabermos qual o principal objetivo das políticas de cotas, que não é apenas colocar o pobre, o negro e o indígena dentro das universidades. PIOSERVAN (2009), diz que a Política de Cotas tem como objetivo remediar um passado discriminatório, procurando acelerar o processo de inclusão com o alcance da igualdade substantiva por parte de grupos vulneráveis.

Mas que passado é esse que estamos falando? O Brasil, durante muito tempo utilizou-se da mão de obra escrava dos negros que vieram de forma forçada da África. Tratados de forma sub-humana, sendo obrigados a exercer trabalhos forçados, explorados e humilhados. Após a abolição da escravatura foi dispensado após a vinda do imigrante europeu, que segundo o que se falava na época tinha maior capacidade para o trabalho, o que era mera desculpa. Apenas um racismo embutido com o principal objetivo o branqueamento da população.

Para GUIMARAES et. al (2014) a vinda dos imigrantes significou, de fato, a tentativa de um processo de branqueamento da população brasileira, promovendo a purificação da raça tornando o Brasil mais aceito perante os outros países. Toda a vinda dos imigrantes europeus foi financiada, sem economia de recursos. Ainda de acordo com o autor, tal concepção de raça baseava-se na teoria da degenerescência, o cerne do racismo biológico, que condenava a união de raças. Para diminuir o número de negros no país, surge uma teoria que privilegia a miscigenação, com o cruzamento entre os imigrantes brancos, o que acelerou a vinda desses para o Brasil, para transformar uma sociedade com raça pura, o que para época que significa ser uma raça branca.

Voltando agora a falar sobre o ensino, é importante analisar também que o ensino público regular está estagnado, com escolas em sua maioria com estruturas inadequadas, professores mal remunerados, sendo também seu quadro de alunos composto por em sua maioria pobres e negros, não conseguindo competir em igualdade com alunos de escolas privadas com melhores estruturas e ensino.

Para HERNANDEZ et. al. (2010), o percentual de estudantes que se consideram de cor/raça preta é cerca de três vezes maior na escola pública, nas escolas privadas menos de 10% do total de alunos já tiveram alguma reprovação, porém na pública mais de 30%, saindo do ensino médio com uma formação básica de qualidade duvidosa.

Mais mesmo diante de um cenário educacional médio público de baixa qualidade é possível perceber um aumento de jovens no ensino superior independente do nível de renda

da família, graças a os sistemas de cotas e os diversos programas sociais do Governo Federal, voltado para o a inserção do jovem no ensino superior tanto privado quanto público.

As tabelas abaixo, aponta para uma mudança na educação brasileira, sobre a frequência escolar dos alunos, o ano de estudo por cor de pele, os anos de estudo por área geográfica e de acordo com a idade dos estudantes, os anos de estudo por renda familiar e os anos de estudo com ensino médio e ensino superior por renda. Percebe-se uma mudança de rota das classes menos favorecidas, que passou a ter acesso a coisas que antes não tinha.

Quadro 0.3: FREQUÊNCIA ESCOLAR DE ACORDO COM O SEXO

	Homens			Mulheres		
	2006	2013	Varição (p.p.)	2006	2013	Varição (p.p.)
15 a 17	81,9%	84,0%	2,11	83,1%	84,7%	1,68
18 a 24	30,8%	28,0%	-2,7	32,9%	32,0%	-0,92
25 a 29	11,6%	9,9%	-1,69	14,3%	12,0%	-2,34

Fonte: PNAD/IBGE. 2013 Elaboração: IPEA

O numero de estudantes mulheres em sala de aula é superior a quantidade de homens em todas as faixa etárias e nos dois anos estudados. Entre as idades de 18 a 24 anos houve uma redução do numero de estudantes em todos os gêneros, contudo, a redução do número de homens -2,74, foi superior ao número de mulheres -0,92.

Quadro 0.4: ANOS DE ESTUDO POR COR DA PELE

	Branco			Pretos e Pardos		
	2006	2013	Varição (%)	2006	2013	Varição (%)
15 a 17	7,80	8,16	4,6%	6,79	7,43	9,4%
18 a 24	9,90	10,47	5,7%	8,30	9,32	12,3%
25 a 29	9,83	11,01	11,9%	7,81	9,29	18,9%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Podemos observar a partir da tabela acima que houve um aumento nos estudos entre os chamados pretos e pardos, o que ocasionou uma pequena aproximação dos indicadores entre os anos apontados. Pode-se responsabilizar esse crescimento a lei 12.711/2012 que garante

vagas em Universidades Públicas Federais a estudantes proveniente de escolas públicas e também vagas para negros.

Quadro 0.5: ANOS DE ESTUDO POR ÁREA

	Rural			Urbano		
	2006	2013	Variação (p.p.)	2006	2013	Variação (p.p.)
Proporção com EM Completo						
18 a 24	9,5%	35,6%	16,05	51,2%	58,0%	6,87
25 a 29	17,6%	30,1%	12,43	3,7%	65,5%	11,86
Proporção com ES Completo						
18 a 24	0,2%	0,8%	0,59	2,4%	4,3%	1,92
25 a 29	1,4%	2,4%	0,97	10,5%	16,1%	5,61

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

É possível perceber que mesmo sendo uma mudança intensa de índice de educação na areal rural, a disparidade entre o nível educacional do adolescente na área urbana em comparação ao adolescente na área rural continua elevado e chega a corresponder a 3 anos de estudo quando eles se encontram na faixa dos 25 a 29 anos.

Quadro 0.6: ANOS DE ESTUDO POR RENDA FAMILIAR

	Quartil 1			Quartil 5		
	2006	2013	Variação (%)	2006	2013	Variação (%)
15 a 17	6,10	6,85	12,4%	8,56	8,63	0,8%
18 a 24	6,65	7,89	18,7%	11,55	11,34	-1,8%
25 a 29	5,41	7,09	31,1%	12,21	12,21	0,1%

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Quadro 0.7: JOVENS COM ENSINO MÉDIO E ENSINO SUPERIOR POR RENDA

	Quartil 1			Quartil 5		
	2006	2013	Variação (p.p.)	2006	2013	Variação (p.p.)
Proporção com EM Completo						
18 a 24	15,5%	25,9%	10,41	83,6%	78,4%	-5,19
25 a 29	14,3%	26,3%	12,00	86,3%	85,3%	-0,97
Proporção com ES Completo						
18 a 24	0,1%	0,3%	0,18	8,2%	10,0%	1,85
25 a 29	0,3%	1,2%	0,89	31,9%	33,9%	1,92

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPEA

Observa-se que os adolescentes independente da renda familiar estão conseguindo ingressar no ensino superior. Contudo, observa-se que os jovens com renda familiar mais elevada ainda tem mais acesso ao ensino superior do que os mais pobres. Outro dado bastante discrepante é que entre a idade de 25 a 29 anos a variação no aumento de jovens com renda elevada no ensino superior é de 33,9%, enquanto para os mais pobres da mesma faixa etária é de 1,2%.

4.1 OS PRIMEIROS RESULTADOS SOBRE A EFICACIA DAS COTAS: UMA ANÁLISE DOS DESEMPENHOS DOS COTISTAS EM COMPARAÇÃO AOS NÃO COTISTAS.

Por ter sido a primeira universidade a implantar o sistema de cotas, muito antes que a lei 12.711/2012 impusesse que as demais Universidades Federais e Institutos Federais também trabalhasse com o sistema, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ, também foi a pioneira em avaliar o resultado do aluno cotista.

CABANA et. al (2011) afirma que como instrumento de combate a evasão a UERJ estabeleceu políticas de permanência, o oferecimento de apoio acadêmico e financeiro aos alunos provenientes do sistema de cotas. O objetivo principal é garantir não só a permanência, mas também a inserção acadêmica desses alunos.

Ainda de acordo com CABANA et. al (2011) em relação ao estudo da evolução das conclusões e abandonos de cursos do vestibular de 2003 até 2006, existe curvas para cotistas e não cotistas de mesmo formato, contudo com um percentual mais alto de conclusões para os ingressantes cotistas. Contudo esse percentual muda no vestibular de 2007, quando o numero de formantes que não são cotistas começa a superar os alunos cotistas.

Já na Universidade de Brasília, O sistema de cotas para negros na UnB teve início no vestibular do segundo semestre de 2004, sendo o período limite para revisão da política o primeiro semestre de 2014. Tal sistema foi colocado em prática após muito debate e discussão por parte da comunidade acadêmica.

Segundo BRANDÃO et.al (2013) Do segundo semestre do ano de 2004 ao primeiro semestre do ano de 2013, 64.683 candidatos se inscreveram no vestibular da UnB pelo sistema de cotas destinados para negros. Observou-se que nos primeiros semestres letivos daqueles que ingressaram por ambos os sistemas no segundo semestre de 2004, foi pequena a diferença entre os índices de rendimento acadêmico dos estudantes, na área de Ciências Agrárias, por exemplo, os estudantes cotistas obtiveram índice de rendimento acadêmico

médio de 3,1, e os estudantes que ingressaram pelo sistema universal obtiveram índice médio de 3,7. Já no terceiro semestre, houve uma aproximação entre os índices de rendimento acadêmico médios dos estudantes que ingressaram pelos dois sistemas. Nas áreas de Ciências Humanas e Ciências Sociais, nota-se uma aproximação maior entre os índices médios obtidos pelos estudantes que ingressaram pelos dois sistemas desde o primeiro semestre letivo.

Já a Universidade Federal da Bahia- UFBA, também apresenta dados favoráveis ao sistema de cotas. Segundo CAVALCANTI et. al (2014), os dados utilizados referem-se aos alunos matriculados nos cursos de graduação de nível presencial da UFBA entre os anos de 2010 a 2012. Os dados foram disponibilizados pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal da Bahia e extraídos do Sistema Acadêmico (SIAC) da Universidade Federal da Bahia que é responsável pelo registro das notas. As informações referentes ao questionário socioeconômico que os candidatos preenchem na inscrição do vestibular foram disponibilizadas pelo Centro de Processamento de Dados da Universidade.

Ainda de acordo com CAVALCANTI et. al (2014), a média final dos cotistas revela que o desempenho são mais homogêneos, isso quer dizer que apresentam desvios padrão menores quando se compara à outra categoria. Na análise conjunta, os não cotistas apresentam melhores médias de score que os cotistas. Contudo, no ano de 2012 os cotistas tiveram score médio final no vestibular maior que os não cotistas, e isso foi visualizado em todas as áreas do vestibular.

Em relação a média do semestre, os cotistas tiveram desempenho melhor do que os não cotistas. Mas, observa-se os cotistas conseguiram manter um desempenho próximo a média para o conjunto de anos, o que não acontece com os cotistas. Porém o desvio padrão dos dois grupos revelam que os rendimentos não foram heterogêneos.

A partir desses dados consegue observar, que o sistema de cotas no Brasil é algo que está dando certo, mesmo diante de críticos afirmarem que o sistema rebaixaria o nível educacional e degradaria as universidades. Porém nada aconteceu e todos os argumentos contra foram derrotados pela constatação da realidade.

Em muitos casos como esse da Universidade Federal da Bahia–UFBA, a nota de ponto de corte de acesso a universidade chega a ser maior para os cotistas do que para os não cotistas.

A Universidade Estadual do Rio de Janeiro- UERJ e a Universidade de Brasília- UnB, são exemplos bem sucedidos da aplicação de um programa de ações afirmativas, que dão cores aos corredores e sala de aula. Pode-se constatar que esse sistema não separa ou

inferioriza o negro, ele agrega incluindo ele dentro da sociedade, o colocando em igualdade de condições na competitividade do mercado.

Outro ponto importante é quanto a evasão que diminuiu depois da implementação do programa de cotas, e o desempenho acadêmico ser próximos mesmo diante de realidades tão diferentes, o que faz chegar a conclusão que o que faltava mesmo era esse “empurrão” para chegar a estudar em uma universidade pública e de qualidade, e por isso a cota se justifica.

4.2 DE LONGE PARA PERTO: O ACESSO A UNIVERSIDADE ATRAVÉS DA INTERIORIZAÇÃO, UMA DESCRIÇÃO DO PROGRAMA FEDERAL, REUNI

Como já foi dito anteriormente a forma de se ver e fazer educação vem mudando radicalmente o cenário educacional. Além da lei das cotas que mudou paradigmas e deu visibilidade a uma minoria, também existe o processo de interiorização das Universidades Federais, através do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais- REUNI.

Para JUNIOR (2011) Os anos de 1995 a 2003, no Brasil, foram de forte restrição para a educação superior pública. A política educacional, orçamentária e financeira desse período pouca atenção deu à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Essa situação resultou em deterioração das condições infra-estruturais e em desvalorização dos recursos humanos das instituições federais de ensino superior.

De acordo com o site da própria instituição, o reuni foi instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007.

O programa pretende consolidar uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos.

Segundo o Censo da Educação Superior de 2005, o Brasil contava com 176 universidades, das quais 90 eram públicas, sendo 52 do sistema federal, 33 estaduais e 5

municipais. Nesse mesmo ano, o sistema público de ensino acolhia um total de 1.192.189 matrículas de graduação, enquanto isso o setor privado apresentava um número infinitamente superior com 1.934 instituições, dentre elas 86 universidades, com 3.260.967 matrículas de graduação.

Atualmente esse número sofreu uma alteração considerável como pode ser vista a partir dos dados do ano de 2015 do Sindicato das Mantedoras de Ensino Superior- SEMESP. A região Sudeste continua sendo a que apresenta o maior número de matrículas com 2,9 milhões de alunos matriculados, seguido da região Nordeste com 1,3 milhão de matrículas, depois a região Sul com 963,4 mil alunos no ensino superior, em seguida vem a região Centro- Oeste com 578,5 mil matrículas, e por último a região Norte com 423,6 mil matrículas.

A importância da interiorização se faz presente por que nem mesmo sendo gratuita, mesmo diante do sistema de cotas que colocam os estudantes de escola pública em estado de igualdade, mesmo assim, poucos conseguem se manter nas capitais, lugar onde se concentra a maior parte das Universidades Federais.

De acordo com o Ministério da Educação- MEC (2014) a expansão da rede federal atende a três dimensões. Primeiro, quanto a dimensão social: universalização no atendimento aos territórios da cidadania; atendimento aos municípios populosos e com baixa receita per capita integrante do G100*; município com percentual elevado de extrema pobreza. Segundo, Dimensão Geográfica: Atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas; Universalização do atendimento às mesorregiões brasileiras; Municípios em microrregiões não atendidas por escolas federais; Interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Ensino Superior; Oferta de Educação Superior Federal por estado abaixo da média nacional. Terceiro, Dimensão de Desenvolvimento: Municípios com Arranjos Produtivos Locais - APLs identificados; Entorno de grandes investimentos.

O sonho de cursar faculdade se aproximou do brasileiro, e tudo se encontra cada vez mais próximo. Segundo FERREIRA (2010), As primeiras escolas de ensino superior chegaram ao Brasil junto com a família real portuguesa, em 1808. Até o final do século XIX, eram privilégio da elite. Foi a partir da Constituição republicana de 1891 que a iniciativa privada entrou em cena e multiplicou a oferta de vagas, a partir de São Paulo - em três décadas, o número de instituições de ensino superior pulou para 133. O processo de interiorização começou nos anos 1950, de forma tímida, e só ganhou maior fôlego na década de 1990, quando o número de universitários brasileiros alcançou a casa de 1,5 milhão. De lá

para cá, chegamos, de acordo com o Censo Escolar da Educação Superior de 2008, a 5,8 milhões de estudantes em 2.252 estabelecimentos de graduação espalhados por todo o País.

A importância da interiorização também se justifica graças ao fomento da economia local. E é uma inclusão dos mais pobres. As vagas por habitantes aumentaram graças a interiorização. De acordo com Ministério da Educação–MEC (2014) o Estado que mais existe vagas por cada 10 mil habitantes é a Paraíba com 27,4 seguido do Acre, com 26,9, Roraima 23,5, Distrito Federal, 22,8, Sergipe 21,8, Ri Grande do Norte 21,8, Mato Grosso do Sul 19,7, Tocantins 19,3, Piauí 18,6, Rio Grande do Sul 15,5, Rondônia 14,6, Mato Grosso 14,4, Minas gerais 13,8, Amazônia 13,8, Amapá 13,4, Espírito Santo 13,2, Alagoas 13,1, Pernambuco 11,0, Rio de Janeiro 10,7, Paraná 10,1 Brasil 9,8, Goiás 9,6, Santa Catarina 8,4, Pará 7,5, Bahia 6,8, Estaduais Paulistas 6,7, Maranhão 6,3, Ceará 5,7, São Paulo 1,4.

Nota-se que 7 Estados estão abaixo da média nacional e houve um crescimento de vagas nas regiões Nordeste e Norte do país.

Entre os anos de 1808 a 2002 o total de campus era de 148 e atendia a 114 municípios. Entre os Anos de 2002 a 2010 mais quase dobrou e passou de 148 para 274 e atendia a 230 municípios. Entre o ano de 2011 a 2014 a previsão era pudesse chegar a 321 campus atendendo um total de 275 municípios.

Com relação aos Institutos Federais de 1909 a 2002 o número de campus era de 140 e atendia um total de 120 municípios. De 2003 a 2010 já havia sido criado um total de 354 campus que atendia a 231 municípios. De 2011 a 2014 a previsão era que se chegasse a 562 campus que atendia a 512 de municípios.

4.3 NOVAS UNIVERSIDADES ELEGIDAS COMO PRIORIDADES NO ANO DE 2004 PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, E OS NOVOS CAMPUS.

Entre as novas universidades estão a Universidade Federal do ABC, a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e a Universidade Federal do Recôncavo Baiano – UFRB. Todas essas universidades foram pensadas para fomentar a economia da região.

4.3.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC

A Universidade Federal do ABC vem atender a antiga reivindicação de amplos setores da região. Trata-se de uma zona bastante povoada, mas que possui reduzida presença de instituições públicas de ensino superior. Na região do ABC existe grande concentração industrial. A Universidade Federal do ABC tem sede na cidade de Santo André- SP e é

integrada por dois centros: o Centro de Ciências Naturais, Humanas, Matemática e Computação e o Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais. Sua implantação foi em 2008.

4.3.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS- UFGD

A Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) foi pensada para beneficiar uma área em acelerada expansão econômica. Localizada na segunda maior cidade do Mato Grosso do Sul, Dourados é o pólo central do agronegócio, sendo um importante núcleo de desenvolvimento econômico da região. Com a implantação da UFGD, foram criados 26 novos cursos de Graduação, um de Especialização, três de Mestrado e três Doutorados, que atenderão a 2.000 alunos, além de concretizar o hospital universitário.

4.3.3 UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA- UFRB

Com sede no município de Cruz das Almas, beneficiando uma população de aproximadamente 900 mil habitantes. Esta área do recôncavo baiano é tradicionalmente ocupada pelas lavouras cacaueira e açucareira e pela cultura do fumo. A Universidade funcionar por meio do sistema de multicampi, o que permitirá a exploração do potencial socioambiental de cada subespaço do Recôncavo Baiano, contribuindo para a integração desses territórios. Com a implantação da UFRB, foram criados 30 novos cursos de graduação com o objetivo de atender a 2.400 alunos por ano.

Entre os novos campus estão Universidade Federal do Acre –UFAC (Campus da Floresta), Universidade Federal do Pará–UFPA (Campi de Marabá, Castanhal, Bragança e Santarém), Universidade Federal de Pernambuco – UFPE (Campus do Agreste), Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE (Campus de Garanhuns), Universidade Federal da Bahia - UFBA (Campus de Vitória da Conquista), Universidade de Brasília – UnB (Campus de Planaltina), Rio de Janeiro – Universidade Federal Fluminense- UFF, (Campus de Volta Redonda), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro– UFRRJ (Campus de Nova Iguaçu), Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP (Campus de Santos), Universidade Federal de São Carlos –UFSCar (Campus de Sorocaba), Universidade Federal do Paraná - UFPR (Campus do Litoral). Todos pensado para suprir a necessidade econômica local.

4.3.4 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE –UFAC (CAMPUS DA FLORESTA)

O Campus da Floresta da Universidade Federal do Acre fica localizado na cidade de Cruzeiro do Sul, iniciou suas atividades oferecendo cursos de licenciatura em Letras, Biologia e Pedagogia e de bacharelado em Enfermagem e Manejo de Recursos Naturais. O objetivo do campus era atender 1.600 alunos e para isso faz-se necessário à contratação de 97 professores.

4.3.5 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ–UFPA (CAMPI DE MARABÁ, CASTANHAL, BRAGANÇA E SANTARÉM)

Em Marabá o campus da Universidade Federal do Pará, de início foram criados os cursos de Sistemas de Informação; Engenharia de Minas e Meio Ambiente; Engenharia de Materiais; e Geologia, com 40 vagas anuais para o primeiro e 30 para os demais. No Campus de Castanhal, foram criados os cursos de Educação Física e Medicina Veterinária. No Campus de Bragança foi criado um curso de Engenharia de Pesca. No Campus de Santarém foi criado um curso de Física Ambiental, com 40 vagas anuais.

4.3.6 UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE (CAMPUS DO AGRESTE)

Uma extensão da Universidade Federal de Pernambuco localizada na cidade de Caruaru. Iniciou suas atividades com os seguintes cursos graduação: Economia e Administração, com 100 vagas anuais em cada; Design, com especializações em design de moda, produto e gráfico, com 120 vagas anuais; Pedagogia e Pós-graduação em Educação, com 180 e 15 vagas anuais respectivamente; e Engenharia Civil, com 80 vagas anuais. Os cursos terão dois turnos, diurno e noturno, e dois ingressos anuais. As aulas iniciaram em agosto de 2005, com exceção da Engenharia Civil, que iniciou em 2006.

4.3.7 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO - UFRPE (CAMPUS DE GARANHUNS)

O Campus da Universidade Federal Rural de Pernambuco fica na cidade de Garanhuns será composto de duas unidades acadêmicas: o Centro de Educação e o Centro de Ciências Agrárias. A princípio foram oferecidos cursos de graduação em Zootecnia, Agronomia e Medicina Veterinária e de licenciatura em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza, com um total de 560 vagas anuais.

4.3.8 UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA (CAMPUS DE VITÓRIA DA CONQUISTA)

O Campus Avançado Anísio Teixeira, extensão da UFBA em Vitória da Conquista, começou oferecendo os seguintes cursos de graduação: Medicina, com 30 vagas anuais; Farmácia, com 20 vagas anuais; Nutrição, com 20 vagas anuais; Enfermagem, com 50 vagas anuais; Saúde Coletiva, com 30 vagas anuais; Odontologia, com 30 vagas anuais; e Psicologia, com 30 vagas anuais. Além da criação do Campus Avançado Anísio Teixeira, voltado para a área de saúde, foi implantado um curso de Engenharia Elétrica no Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET) de Vitória da Conquista, com 100 vagas por ano.

4.3.9 UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB (CAMPUS DE PLANALTINA)

O campus da UNB em Planaltina abrange quatro Regiões Administrativas do Distrito Federal (Sobradinho, Planaltina, Brazilândia e Sobradinho II) e seis municípios do Estado de Goiás (Formosa, Buritis, Cabeceiras, Planaltina de Goiás, Vila Boa e Água Fria). Quando de sua completa instalação, serão oferecidos cursos de graduação em Administração, Agronomia, Enfermagem e Pedagogia. Os cursos de extensão ofertaram, ainda no primeiro ano, 300 vagas.

4.3.10 RIO DE JANEIRO – UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE- UFF (CAMPUS DE VOLTA REDONDA)

O campus da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Volta Redonda iniciou com duas Unidades Acadêmicas: a Unidade de Engenharia e Ciências Básicas (ECB) e a Unidade de Humanidades, Ciências Sociais e Ciências Sociais aplicadas (HCS). Ao ECB foi agregado os cursos oferecidos na Escola de Engenharia Industrial e Metalúrgica de Volta Redonda e, ao HCS, o curso já criado e em andamento desde agosto de 2004, oferecido pela UFRRJ, de Administração de Empresas.

4.3.11 UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO– UFRRJ (CAMPUS DE NOVA IGUAÇU)

O Campus da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense, começou suas atividades oferecendo cinco cursos de graduação nas áreas de Administração, Economia e licenciaturas. Quando plenamente instalado, atenderá 1600 alunos e contará com 90 professores. 9.

4.3.12 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO – UNIFESP (CAMPUS DE SANTOS)

A Unidade Acadêmica de Santos já foi criada pelo Conselho Universitário da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Em agosto de 2005 teve início os cursos de graduação em Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Psicologia e Educação Física, com um total de 250 vagas.

4.3.13 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR (CAMPUS DE SOROCABA)

O Campus da Universidade Federal de São Carlos na cidade de Sorocaba iniciou oferecendo os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Ciências Biológicas, Licenciatura em Ciências Biológicas, Turismo Ecológico e Histórico-Cultural, Engenharia Florestal e Engenharia de Produção, com 30 vagas para os dois primeiros e 40 para os demais. A princípio o objetivo era ofertar um total de 180 vagas por ano. Além disso, o campus oferecerá cursos de especialização e de extensão.

4.4.14 UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR (CAMPUS DO LITORAL)

O Campus do Litoral da Universidade Federal do Paraná tem sede no município de Matinhos, começou suas atividades oferecendo três cursos de graduação: Gestão e Empreendedorismo, Fisioterapia e Gestão Ambiental, com 30 vagas cada. Além disso, foi criados quatro cursos técnicos: Enfermagem, Agroecologia, Transações Imobiliárias e Hotelaria, com 35 vagas cada.

Além desses campus que foram implementados o Ministério da educação no ano de 2004 tinha objetivo de implantar novos campus para dar continuidades ao plano de expansão da educação. Todos esses campus se encontram hoje em funcionamento. (Amazonas) Universidade Federal do Amazonas - Campus de Coari, (Amazonas) Universidade Federal do Amazonas - Campus de Benjamin Constant, Centro de Estudos da Biodiversidade – Manaus – Amazonas, (Maranhão) Universidade Federal do Maranhão - Campus de Imperatriz, (Pernambuco) Universidade Federal Rural de Pernambuco - Campus de Serra Talhada, (Alagoas) Universidade Federal de Alagoas - Campus de Arapiraca, (Piauí) Universidade Federal do Piauí - Campus de Picos, (Piauí) Universidade Federal do Piauí - Campus de Parnaíba, (Piauí) Universidade Federal do Piauí - Campus de Bom Jesus do Gurguéia, (Bahia) Universidade Federal da Bahia – Campus de Barreiras, (Ceará) Universidade Federal do Ceará – Campus de Crato, (Paraíba) Universidade Federal de Campina Grande - Campus de Curimataú, (Goiás) – Universidade Federal de Goiás - Campus de Catalão, (Goiás)

Universidade Federal de Goiás - Campus de Jataí, (Mato Grosso) Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Rondonópolis, (Mato Grosso) Universidade Federal de Mato Grosso - Campus de Sinop, (São Paulo) Universidade Federal de São Paulo - Campus de Diadema, (Minas Gerais) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Campus de Teófilo Otoni, (Espírito Santo) Universidade Federal do Espírito Santo – Campus de São Mateus, (Rio Grande do Sul) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Campus de Frederico Westphalen, (Rio Grande do Sul) Consórcio Universitário Metade Sul – Universidade Âncora: Universidade Federal de Pelotas ou de Santa Maria.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se ao longo da pesquisa a grande importância que os programas sociais que fomentam a educação têm para sociedade e para uma economia mais ativa. Investir em educação é investir numa sociedade igualitária, crítica e capaz de fazer escolhas importantes a cerca do sistema político.

Uma critica a esse sistema é a forma como ele está sendo aplicado. Pode-se dizer sem peso na consciência que a educação básica vem sendo esquecida. O ato de educar exige planejamento, sendo que toda a aprendizagem precisa ser muito bem pensada. O que considero um ato falho pensar na educação superior sem se importar como esse estudante esta saindo do ensino médio.

Críticas a parte, a verdade é que esse sistema está dando certo, ao contrario do que os críticos pensavam as cotas está sendo positiva, não apenas por causa da eficácia e planejamento do programa, mas porque seus beneficiados são, sim, competentes. Merecem, sim, frequentar uma universidade pública e de qualidade, e isso é que mostram os indicadores.

Quanto a interiorização das universidades federais foi um projeto audacioso e inteligente que permitiu o acesso ao ensino superior de estudantes que não conseguiria entrar em uma universidade pública, não por capacidade, mas simplesmente por questões geográficas e financeiras. Mas o que é democratizar o ensino? Criar uma nova universidade ou um novo campus em uma região que já existe um desenvolvimento será que isso é uma forma democrática e está incluindo as pessoas?

Uma critica a esse sistema de interiorização, são as regiões que são escolhidas para serem implantadas as Universidades. Em Pernambuco, por exemplo, existem três campus da UFPE, na cidade do Recife, na cidade de Vitória de Santo Antão que fica a 55,2 Km da capital Pernambucana e na cidade de Caruaru a 135 Km da capital e 79,8 da cidade de Vitoria de Santo Antão, distancias relativamente próximas. E quanto as cidades do Sertão, distante do Recife e de difícil acesso?

O que podemos concluir também é que mesmo diante desses sistemas que insere o aluno de baixa renda no ensino superior, seja ele publico ou privado por meio do FIES OU PROUNI, ainda assim existe muita coisa a ser feita, e muita gente ainda precisa ser atingida por esses programas.

As informações que cada família possui também é um fator que pode leva-la a uma ascensão ou a declinar, o que podemos chamar também de ciclo vicioso da pobreza, onde o

individuo não possui dados suficientes para que o possa mudar de classe social, o que nos faz concluir que não basta que tenha as programas sociais capaz de mudar a vida do ser humano, é necessário que essas informações cheguem a quem precisa dela. Da mesma forma, os baixos salários recebidos pelos pais levam os jovens a trabalhar mais cedo, afastando-os da escola, ou dificultando o processo de aprendizagem dos que conseguem frequentá-la. Esses jovens, quando entram no mercado de trabalho, são capazes apenas de realizar trabalhos manuais. Além disso, as famílias situadas nas faixas de pobreza têm enormes dificuldades de formar e até de proteger seus filhos.

Como já foi exaustivamente citado no corpo desse trabalho, o capital humano como forma de fomentar a economia de um país, não é algo atual, já foi pensando por diversos autores como Mendel, Romer e Solow. Contudo, esse fenômeno no Brasil é algo bastante atual e que só agora estar sendo discutido e tendo políticas públicas eficazes capaz de não só inserir como também garantir a permanência desses estudantes, o que nos faz ter um pouco de esperanças que dias melhores serão possíveis.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Ricardo Paes. FOGUEL, Miguel Nathan & ULISSEA, Gabriel. **Desigualdade de renda no Brasil, uma análise da queda recente**. Volume 1, IPEA. 2015.
- CORBUCCI, Paulo. **O ensino superior brasileiro na década de 90**. 2010.
- COSTA, Bianca Silva, **o ensino superior na ditadura militar brasileira: um olhar através da “revista MEC”**. Porto Alegre: 2009.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Reforma do estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90**.
- DURHAM, Eunice R. **O ensino superior no brasil: público e privado**. Universidade de São Paulo, 2013.
- FERREIRA, Roberto Tatiwa, BARBOSA, Marcelo Ponte & PETTERINI, Francis Carlo. **Avaliação do impacto da política de expansão das universidades federais sobre as economias municipais**. 2013.
- FILHO Fernando de Holanda Barbosa & PESSÔA, Samuel de Abreu. **Educação e crescimento o que evidenciam empíricas e teóricas mostram?** 2009.
- FRANCO, Alexandre de Paula. **Ensino superior no Brasil: cenário, avanços e contradições**. Jornal de políticas educacionais, N°4. 2008.
- JONES, Charles I. **Introdução à teoria do crescimento econômico**. 3ª Edição- Rio de Janeiro: ELSEVIER 2015.
- JUNIOR, Luiz de Sousa. **A expansão da universidade pública: uma experiência de democratização do ensino superior**. 2012
- LAGO Juliana, MALBOUISSON Claudia, SILVA Vinícios Felipe da Silva & CAVALCANTI Ivanessa. **Cotas e desempenho na universidade federal da Bahia: uma análise dos ingressantes de 2010 a 2012**. X encontro de economia baiana – set. 2014.
- LYRIO, Bruna Cristina da Conceição Silva & GUIMARÃES Reinaldo da Silva. **Porque para o negro sim! As cotas raciais como política de ação afirmativa nas universidades e nas instituições públicas: a defesa de um espaço**. O social em questão - Ano XVII - nº 32 – 2014.
- PELEGRIB,I Thiago & AZEVEDO, Mário Luiz Neves. **A educação nos anos de chumbo: a política educacional ambicionada pela “utopia autoritária” (1964-1975)** 2006.

PONTILI, Rosângela Maria. KELNIAR, Vanessa Karla & LOPES, Janete Leige. **A teoria do capital humano: revisitando conceitos**. VIII encontro de produção científica e tecnológica. Paraná 2013.

QUEIROZ, Donner Rodrigues; OLIVEIRA, Fernanda Ribeiro Garcia; FREITAS, Mariana Nunes; CUNHA, Nathalia Barcelos, CUNHA, Norival Carvalho & CUNHA, Thaís Naiane Barcelos Cunha. **Saberes docentes nas décadas de 70 e 80**. FUNCAMP 2012

SAUL, Renato. **As raízes renegadas da teoria do capital humano**. Sociologias, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 230-273

SCHWARTZMAN Jacques. **Políticas de ensino superior no Brasil na década de 90**. Universidade de São Paulo, 2013.

SILVA, Jefferson Soares & SILVA, Adinilson José. **A teoria do capital humano e sua influência econômica e política sobre a educação e o trabalho no Brasil nas décadas de 1960 e de 1970**. 2009

Ministério da educação: Portal MEC

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192

Acessado em: 22/11/2016

Sindicato das mantedoras de ensino Superior- **SEMESP, Mapa do ensino superior no Brasil**.

<http://convergenciacom.net/pdf/mapa-ensino-superior-brasil-2015.pdf>

Acessado em: 25/11/2016

.

ANEXO

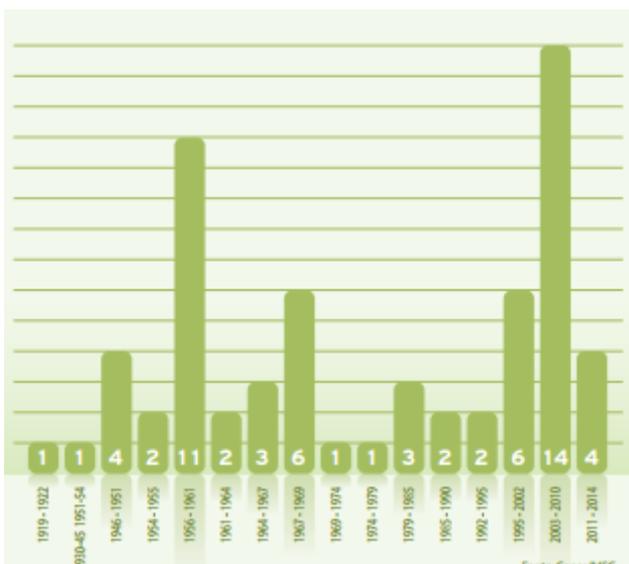
FIGURA 9:

A- NÚMERO DE DOCENTES NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE 2003 A 2012



Fonte : Siape/Mpog

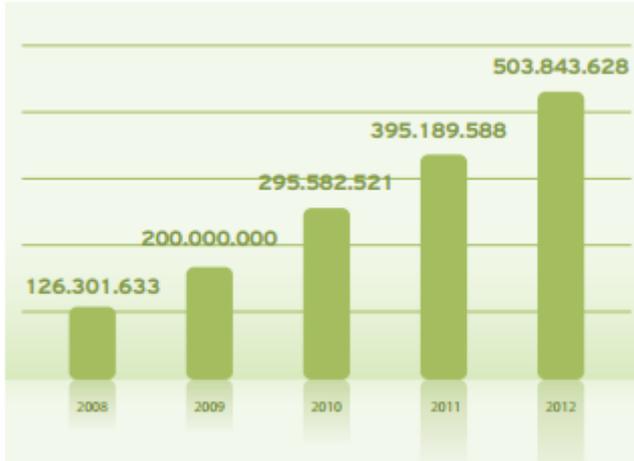
B- LINHA DO TEMPO DA CRIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS



Fonte: Capes/MEC

FIGURA 11:

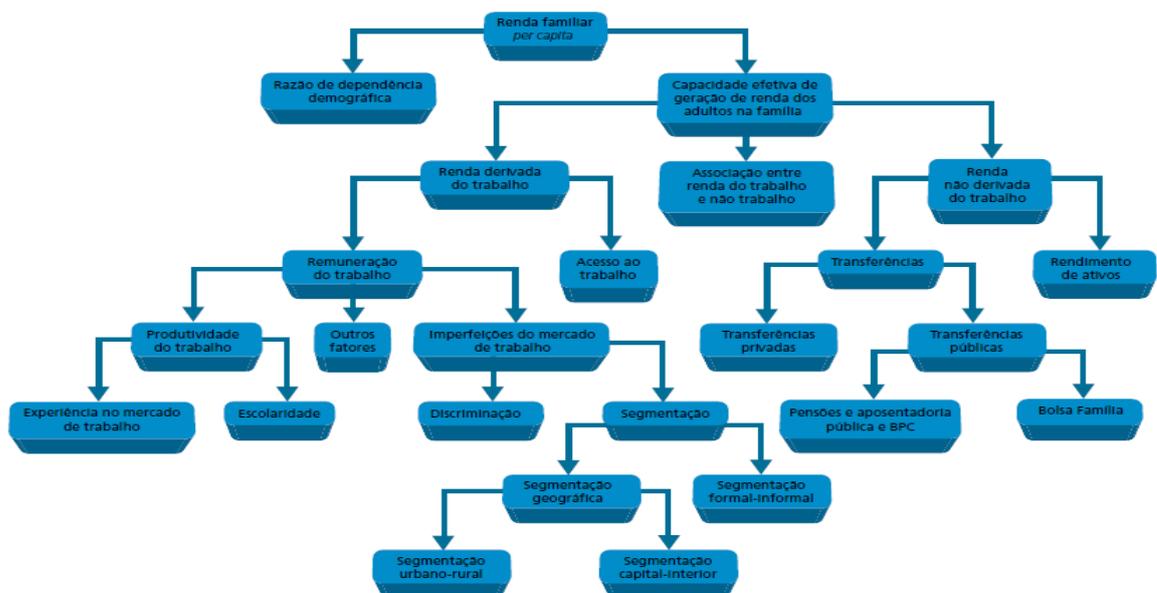
C- RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PNAES PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE 2008 A 2012



Fonte : Siape/Mpog

FIGURA 12:

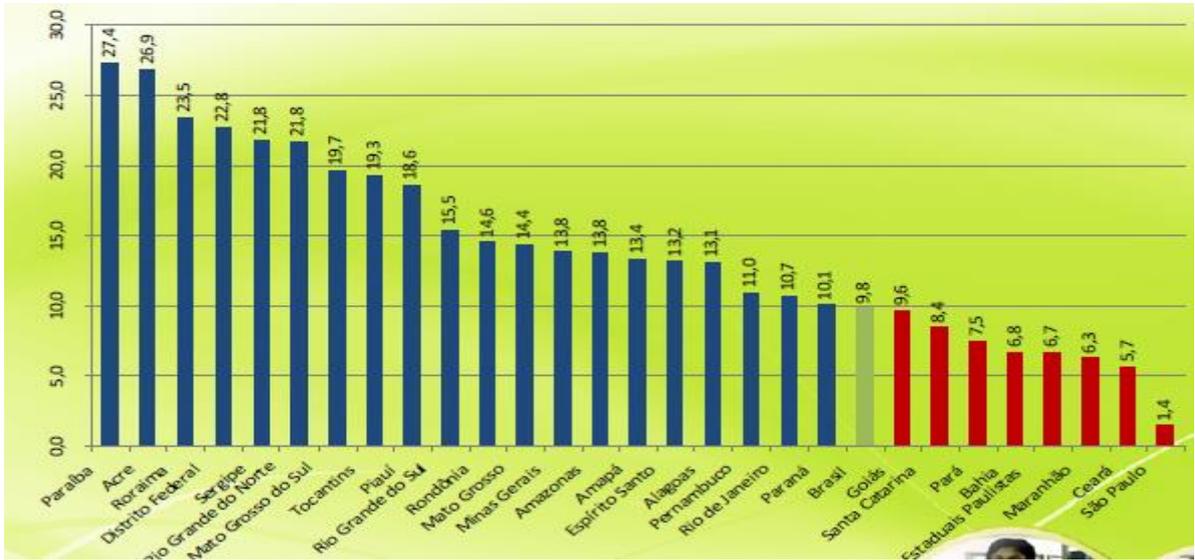
D- DIAGRAMA, DETERMINANTES IMEDIATOS DA QUEDA NO GRAU DE DESIGUALDADE NA RENDA FAMILIAR PER CAPITA



Fonte: Herrán (2005) e Barros et al. (2004)

FIGURA 13:

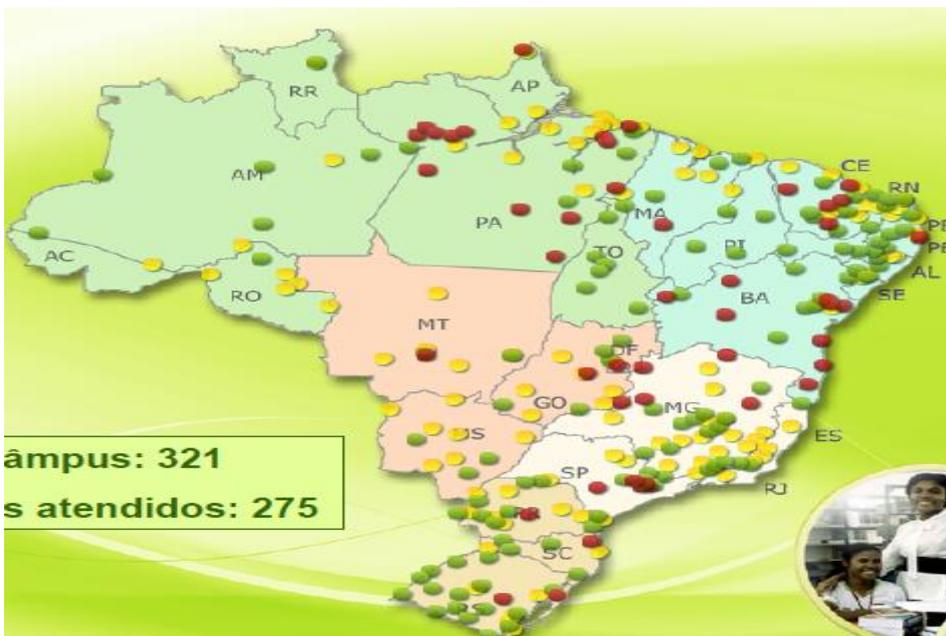
E- GRÁFICO VAGAS POR 10 MIL HABITANTES



Fonte: MEC

FIGURA 14:

F- UNIVERSIDADES FEDERAIS 2014



Fonte: MEC

FIGURA 15:

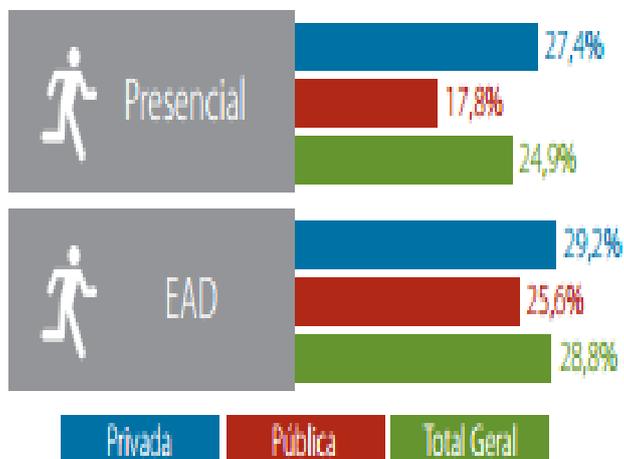
G- INSTITUTOS FEDERAIS



Fonte: MEC

FIGURA 16:

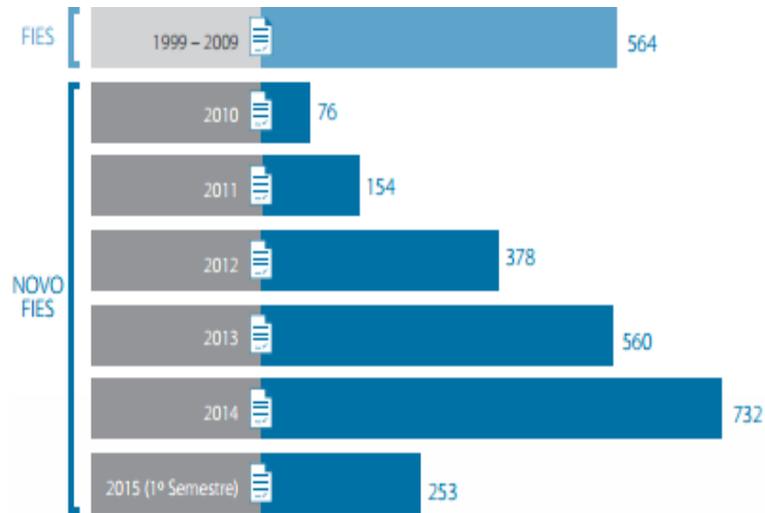
H- EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR EM 2013 - BRASIL



Fonte Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

FIGURA 17:

I- CONTRATO DE FIES



Fonte Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

FIGURA 18:

J- PROCEDÊNCIA DO ALUNO - ENSINO SUPERIOR PRIVADO - 2013 BRASIL



Fonte Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

FIGURA 19:

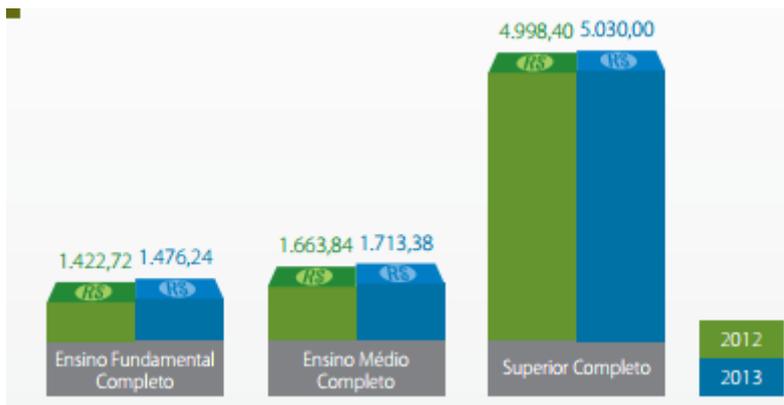
K- PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO



Fonte Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP

FIGURA 20:

L- REMUNERAÇÃO MÉDIA



Fonte Fonte: Sindata /Semesp | Base: Censo INEP